



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

ATA n.º 037/2021

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA QUATRO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Ata da trigésima sessão ordinária, segundo período, Primeira Sessão Legislativa, décima quinta Legislatura, da Câmara Municipal de Inácio Martins, Paraná, realizada às dezoito horas do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e um. Ao iniciando o **EXPEDIENTE** o presidente informou que devido aos problemas técnicos ocorridos nesse dia e com a concordância de todos os vereadores, a Ata n.º 036, da Sessão Ordinária do dia 27 de setembro, seria discutida e votada na próxima sessão ordinária. Em seguida foram lidos os Projetos de Leis de Executivo de n.º 021/2021 Plano Plurianual para o quadriênio 2022 – 2025, e n.º 022/2021 Lei do Orçamento para 2022, ambos encaminhados os projetos para análise das Comissões Permanentes. Após foram lidos o do Decreto n.º 198/2021 do Executivo e a Portaria 009/2001 desse Poder, referentes ao Ponto Facultativo no próximo dia 11 de outubro em virtude do feriado de 12 de outubro. Para encerrar constou a leitura do convite para o Encontro Temático dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a acontecer no dia sete de outubro, no auditório da prefeitura. Na **TRIBUNA** o Vereador **JULIO** usou a palavra para comentar dois assuntos que já estavam bem debatidos na casa, mas que era importante esclarecer para aqueles que não lhes acompanhavam tão seguidamente. Primeiramente falou sobre a Comissão de Assuntos Relevantes, a qual tinha assinado juntamente com mais quatro vereadores, e era presidida pelo Vereador Marino Kutianski, que conforme já tinha sido comentada na sessão anterior buscava um aprofundamento na estrutura do Plano de Carreira dos Servidores Municipais; que essa comissão não tinha caráter investigativo e nem de punição, como vinha sendo equivocadamente falado; que não tinha a função de retirar direitos, pelo contrário, seria através do relatório desta Comissão que os servidores que não conseguiram avançar nas suas carreiras teriam a oportunidade de conhecer e entender um plano que para a grande maioria era complexo e necessitava de estudo, e este parlamento cumpriria com o seu dever, sendo transparente e responsável, buscando sempre o caminho do diálogo e da harmonia entre os poderes. O segundo tema que comentou também foi a respeito dos servidores municipais, tanto os da ativa como os aposentados e pensionistas do Fundo Municipal de Previdência. Lembrou que no mês de agosto o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, através de uma decisão monocrática, havia entendido que toda reposição inflacionária ou reajuste concedido após a publicação da Lei Complementar 173, conhecida como Lei da Pandemia, devia ser suspensa, e após essa decisão o Executivo Municipal tinha enviado um projeto de lei, ao final do mês de agosto, solicitando a suspensão da reposição inflacionária dos últimos dois anos. Citou que pelo Regimento Interno da casa um projeto de lei em caráter normal poderia tramitar por até noventa dias e em regime de urgência por até quarenta e cinco dias, e somente no dia vinte e quatro de setembro solicitou a tramitação em caráter de urgência. Lembrou que no início do mês de setembro, ficaram por duas semanas sem assessoria jurídica, em decorrência de licença médica, e assim não



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

Bello

puderam apreciar a referida lei e na última segunda-feira, dois vereadores não estiveram presentes em decorrência de licença médica também, e novamente não puderam dar seqüência ao referido projeto, porque um dos vereadores em questão precisava se posicionar favorável ou contrário em uma das Comissões. Lembrou também que no dia primeiro de outubro o Executivo havia publicado um Decreto sem esperar a Câmara se posicionar, suspendendo por conta própria a reposição da inflação dos últimos dois anos, e era o que tinham até o presente momento. Disse que como tinha sido bastante procurado na semana que passou por colegas de trabalho, achou por bem esclarecer esses dois temas, usando este espaço para dar um pouco de esclarecimento para a população que não vinha acompanhando esses temas conforme já vinham debatendo aqui. Encerrou falando como servidor da saúde para convidar todas as mulheres que participassem dos eventos que estariam acontecendo durante todo o mês de outubro em todas as Unidades de Saúde. Ao final da fala do Vereador Julio, o Vereador **ÉLCIO** solicitou aparte para fazer um destaque na fala do vereador e iniciou se dirigindo ao Vereador Bello para lembrar que conversavam nas últimas semanas sobre a história do Brasil, onde percebeu que esse vereador era um grande interessado no estudo e também um grande conhecedor, e na semana que passou, um acontecimento lhe fez lembrar um período dessa história, que vez ou outra parecia se repetir. Lembrou do período posterior a Independência do Brasil quando a Monarquia estava sob o governo de Dom Pedro I, que não querendo se sujeitar às paridades entre os três poderes instituiu o Poder Moderador que funcionava da seguinte forma: enquanto os Poderes Legislativo e Judiciário caminhavam de acordo com seus interesses a vida seguia, mas a partir do momento que esses poderes fugiam daquilo que o Imperador pretendia ele utilizava-se da força do poder moderador, e essa história tinha se repetido por muitas vezes, e lhe parecia um pouco parecida essa política por Decretos que estavam vivendo. Falou que não conseguia entender o Poder Executivo encaminhar para essa casa um Projeto de Lei que suspendia a Lei que previu a reposição da inflação aos servidores municipais e antes mesmo de se concluírem os prazos de tramitação, baixar um Decreto fazendo o desconto na folha de pagamento. Questionou para que tanta pressa, pois eram servidores que perdiam seus direitos de compra em um momento em que o custo de vida subia dia após dia, por isso, independente de ter sido uma decisão do Supremo ainda assim esse projeto exigia um tempo de apreciação e não estava afirmando que não havia legalidade para esta ação, mas pensava que moralmente essa era uma prática inadequada e particularmente considerava um certo descaso com esse Legislativo, pois não estavam fora do prazo, apenas precisando de um tempo para uma análise mais apurada e mais aprofundada. O Vereador **MARINO** comentou o Projeto de Lei sobre saneamento básico, de sua autoria, que iria a votação nesse dia, dizendo colocar esse projeto como de extrema importância, repetindo que "saneamento básico é saúde" e dizendo não conseguir entender o que acontecia quando o Executivo não queria fazer saneamento. Citou que o município estava no momento com quarenta por cento de saneamento concluído dentro do perímetro urbano, mas queria citar o Bairro Curtume, a Vila Javaski, a Vila Nova e a Vila Bela Vista, dizendo



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

que visitando essas vilas nesse momento iriam comprovar que existia esgoto a céu aberto e a preocupação de ver crianças até brincando nesses esgotos. Lembrou que tinha um projeto aprovado nessa casa no mês de dezembro do ano anterior, inclusive fora de período, vedado por ser um período político, e esse projeto, através do FINISA, Caixa Econômica Federal, dava direito de fazer saneamento básico. Assim, colocou aos pares a importância da aprovação desse projeto, reafirmando ser muito importante porque ao assumir a vereança fizeram um juramento de defender as pessoas que mais precisavam e principalmente defender o dinheiro público e era dessa forma que pensava e estava colocando esse projeto de sua autoria porque via isso com preocupação e era muito fácil um prefeito querer fazer obra de pavimentação ou recape asfáltico sem saneamento, pois o saneamento ficaria escondido embaixo do chão, e assim queria ressaltar a importância do saneamento por tratar de saúde. Falou ainda que esse projeto vinha de encontro para que o Executivo fizesse mais investimentos em saneamento básico dentro do município e disse ainda que tinha que ter a contra partida do município, pois todos os convênios que a SANEPAR liberava com mais facilidade existia contra partida e era dessa forma que iriam atingir, colocando ao presidente e aos demais vereadores, que em uma campanha municipal o próprio prefeito disse que queria chegar a noventa e dois por cento de saneamento durante esse período de quatro anos e assim esse projeto vinha de encontro também para que isso acontecesse e defendessem a população, principalmente as pessoas que mais precisavam. Se dirigindo ao Vereador Élcio perguntou ao mesmo se gostaria de ter um esgoto a céu aberto em frente em sua casa, afirmando que no seu caso não gostaria, repetindo ser de suma importância a aprovação desse projeto, que tinha muita divergência inclusive dentro desta casa, mas era um benefício que ajudaria as pessoas que mais precisavam dando mais saúde, e ainda iriam defender o dinheiro público do município, pois fazendo uma obra sem saneamento logo precisaria ser quebrada para fazer o saneamento, sendo o que queria falar sobre este assunto. Falou também sobre o projeto que retirou o direito dos funcionários públicos, os dois projetos de leis aprovados nessa casa, vindo para cá para serem aprovados, e infelizmente foi com um canetaço de um Decreto que derrubou e retirou um direito adquirido dos funcionários, pois os funcionários não estavam esperando receber os seus salários e ter lá um desconto de nove por cento, sendo o que tinha a falar. O Vereador **NELSO** falou que por não ter participado da sessão anterior devido a mais uma vez ter contraído o COVID 19, queria lembrar a vinda do Governador do Estado no dia vinte e quatro de setembro, no qual estavam presentes e na ocasião achou um descaso o Legislativo não ter feito uso da palavra, o que não sabia se tinha sido uma falha do cerimonial do governo, e caso fosse teria sido uma falha muito grave, até porque se estavam lá inaugurando obras e entregando os títulos de posse tinha sido graças a Lei 910 de 2018 cujo projeto de lei tinha passado por esse Legislativo o qual autorizou o Executivo a contratar Operação de Crédito pela Agência de Fomento do Paraná onde na época o prefeito tinha sido muito infeliz por ter jogado esse Legislativo contra a população da Vila Borges quando esteve lá e falou que os vereadores eram contra o projeto, inclusive citando os nomes dos



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

vereadores estando ainda presentes os Vereadores Bello, Laurici, Jorge Boeira, e ainda o ex-vereador Sidon Viera, dizendo que seriam contra o projeto, do qual nunca foram contra, e o que queriam era discutir com mais tempo um pouco a separação do projeto que era de três milhões e duzentos mil reais para pavimentação urbana, equipamentos e barracão industrial, e queriam separar o projeto para ficar melhor de dar seqüência nos trabalhos aqui no Legislativo, como outros projetos que tinham seu tempo, a exemplo do que o Vereador Julio tinha falado sobre o projeto de suspensão da reposição dos servidores, e na época o prefeito tinha sido infeliz ao ter jogado o Legislativo contra a população, e tinha lhe causado até tristeza no dia em que esteve lá junto com os vereadores Marino, Élcio, Julio e Ismael, tendo sentido a falta dos outros vereadores que não estavam por uma infelicidade lá atrás do prefeito quando colocou o nome dos vereadores como sendo contra aquela situação, e que tinha causado bastante polêmica e ficado muito triste enquanto Legisladores naquela época, aquela situação. Para finalizar disse que via o Governo Ratinho Junior como sendo um governo bastante municipalista a exemplo do Governador Beto Richa olhando bastante para os municípios, e tinha ficado feliz em ver bastantes recursos empenhados para o município e em ver que nesse Legislativo existiam vereadores que estavam apoiando deputados que tinham compromisso com o município e isso era muito bom, pois no próximo ano teriam as eleições estadual e federal e tinham que analisar bem quem eram os deputados que tinham comparecido ao município e trazido bastantes recursos para pedirem votos para o povo, e era muito bom um Legislativo forte, com vereadores firmes, muito bom para a população, e com deputados firmes também como viram lá os que foram citados e outros que não estiveram presentes, mas sabiam que também traziam muitos recursos para o município, e quem ganhava era o povo martinense. Na **ORDEM DO DIA** constou em primeiro turno de votação o Projeto de Lei Complementar n.º 001/2021 do Vereador Marino Kutianski propondo alteração no parágrafo único do artigo 51 da Lei Complementar n.º 04/2010 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), determinando que as obras de pavimentação ou recape asfáltico a partir da alteração proposta deveriam ser precedidas de redes e galerias subterrâneas de drenagem pluvial e esgotamento sanitário. Na discussão o Vereador Marino falou mais um pouco referente ao projeto citando mais um pouco da entrega das obras na Vila Borges dando os parabéns para a vila porque estavam contemplados com um projeto com saneamento básico e pavimentação, e isso dizia ser de um projeto que foi um empréstimo que o município fez com vinte e quatro meses de carência mais cento e vinte meses para pagar e que em toda obra, tanto do Governo do Estado ou do Governo Federal, toda obra de pavimentação precisava ser feito o saneamento básico primeiro, e assim a comunidade estava de parabéns. Quanto a isso lembrou que existiam mais dez milhões de reais de investimentos justamente em mais um endividamento que o município tinha feito e também a ser pago com vinte e quatro meses de carência e mais cento e vinte meses futuros a pagar. Assim disse que da mesma forma que a Vila Borges estava de parabéns, achava que a Vila Curtume, a Vila Javaski, a Bela Vista e a Vila Nova eram os bairros que mais sentiam a falta do saneamento básico, então reiterava



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

mais uma vez o apoio para aprovação desse projeto que sendo aprovado com certeza seria implantado para que a população tivesse um benefício muito maior voltando a falar que saneamento básico é saúde, citando que existiam estatísticas que diziam que para cada real investido em saneamento básico era economizado na saúde mais de dez reais. O Vereador Julio se dirigiu ao proponente Vereador Marino para dizer que contasse consigo para incluir essa idéia no Plano Diretor, mas não via que fosse pertinente engessarem em um projeto de lei o Departamento de Planejamento, pois como bem os vereadores já tinham citado os convênios firmados junto aos governos estadual e federal já previam a obrigatoriedade da conclusão do saneamento básico. Que estavam com uma oportunidade de ouro nas mãos que era o desenvolvimento do novo Plano Diretor e assim podia contar com sua ajuda para que pudessem incluir no novo Plano Diretor, mas nesse projeto não via a necessidade de engessarem o Departamento de Planejamento ao ponto de, de repente, paralisarem alguns recursos, e com todo respeito que tinha à pessoa do vereador proponente entendia que o projeto a longo prazo com certeza seria excelente, porque saneamento básico como saúde esse tema já estava batido, mas ouvindo também os anseios de alguns moradores da população achou por bem fazer essa explicação ao proponente, aos demais vereadores e ao presidente, para que agissem com transparência e acima de tudo com respeito aos colegas vereadores, sendo a colaboração que tinha para o momento, agradecendo o espaço e mantendo-se à disposição se precisasse de um aliado para incluírem essas questões no Plano Diretor para quando ocorressem essas obras sem saneamento, estando à disposição e com certeza apoiando. O Vereador Jorge falou que o projeto já tinha sido bem discutido nas Comissões onde na Comissão de Constituição e Justiça observou que faltavam instruções como um estudo técnico para denominar quantos quilômetros faltavam de rede de saneamento no município para que depois tivesse uma audiência pública para ser discutido, conforme a lei pedia, e que depois fosse votado, e assim seu parecer já tinha sido contrário; que esse seu parecer constava no projeto na Comissão de Constituição e na Comissão de Obras tornou a fazer outro parecer por se tornar inviável nesse momento. Falou ao proponente que quando se referia ao projeto do FINISA o mesmo já previa que era cem por cento com saneamento básico onde fosse feita a pavimentação igual a obra que tinha acontecido e comentada pelo proponente na Vila Borges, e quanto a esse financiamento não tinha o que se preocupar, pois a Caixa só iria liberar os recursos a partir do momento que verificasse, e com certeza teria muitas melhorias no Bairro Curtume e também os outros bairros seriam beneficiados, e assim, no momento achava que o projeto era inviável para discussão e votação em plenário enquanto estavam discutindo o Plano Diretor, e que o Vereador Julio tinha sido bem sensato quando se disponibilizou em discutir o projeto naquele momento, o que também achava mais sensato, pois nesse momento poderia se paralisar algumas obras e serem perdidos alguns recursos que estavam por vir devido a um projeto dessa magnitude. Disse sempre ter sido um defensor do saneamento básico, mas não achava ser um projeto correto para esse momento, nem um momento adequado, e quanto aos recursos do FINISA voltou a falar que seriam cem por cento com



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

saneamento básico onde as vias seriam pavimentadas onde tivessem projetos já acontecendo, e que a SANEPAR era responsável por fazer o saneamento, sem custo algum para o contribuinte e o município, por isso era contrário a esse projeto. Em votação o projeto recebeu os votos contrários dos Vereadores Julio Armando, Jorge Boeira, Ismael Cesar, Gilberto Bello e Élcio Wszolek, e favoráveis dos Vereadores Nelso de Andrade, Laurici de Oliveira e do proponente Marino Kutianski. O presidente declarou o projeto rejeitado e determinou seu retorno para votação em segundo turno na próxima sessão. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **GILBERTO BELLO** disse que sairia um pouco dos assuntos de interesse municipal para relembrar uma narrativa triste da história do país, para destacar o acontecido no dia 28 de setembro de 1871 quando tinha sido proclamada a Lei do Ventre Livre, que tinha completado cento e cinquenta anos no último dia vinte e oito. Citou o fato para comentar uma reportagem que tinha visto sobre a data e lhe chamou a atenção, que a partir dessa data as crianças que nasciam ficavam com as mães até os cinco anos de idade, a partir dos cinco anos ficavam em poder do governo, e após os dezoito anos ficavam livres. Que logo após, em 1885 veio a Lei do Sexagenário, onde as pessoas acima dos sessenta anos ficavam livres, e depois, em 13 de maio de 1888, a Lei que libertou os escravos. Disse ter destacado isso porque o povo negro no Brasil, numa estatística de homicídios de jovens, onze por cento era de brancos, pardos e índios e vinte e cinco por cento de negros, e no governo Lula foi criada uma lei de cotas para negros, de onde em diante veio a favorecer a classe negra que no decorrer da história tinha sido massacrada e tirada de seu povo, sendo homens, mulheres e crianças, até príncipes e reis tirados de seu lugar para serem escravizados, e hoje faziam parte desta nação. Ainda disse que esse era um passado muito recente, onde há apenas cento e cinquenta anos ainda existiam escravos, e foram de trezentos a quatrocentos anos tristes na história do país tendo escravos, e assim, não poderia deixar passar em branco a data de comemoração dos cento e cinquenta anos da Lei do Ventre Livre, que tinha sido o primeiro passo para a libertação dos negros escravos no Brasil. O Vereador **ISAMEL** fez comentários a respeito do projeto colocado em votação nesse dia, também com relação às falas dos Vereadores Jorge e Julio, inclusive do proponente Vereador Marino que acabou colocando algumas questões em relação ao município e o comentário que gostaria de fazer era que durante sua fala o Vereador Marino tinha citado o Bairro Bela Vista que também vinha sofrendo com relação ao esgoto a céu aberto, mas não poderia deixar de citar que tinha sido na gestão do próprio Vereador Marino que tinha sido inaugurado aquele empreendimento e infelizmente se ainda enfrentavam problemas era pelo que o próprio vereador tinha deixado lá. Falou que no momento através da Secretaria de Meio Ambiente era encaminhado um caminhão ou trator limpa fossa para fazer a limpeza das fossas que tinham sido feitas muito rasas e acontecia que o pessoal acabava sofrendo, dizendo ter sentido isso enquanto estava à frente da chefia de gabinete do Executivo, onde muitas pessoas daquela vila vinham solicitar para que encontrasse uma solução com relação a isso. Afirmou que isso era um problema e sabiam que no bairro Curtume, Vila Javaski, Vila Nova, e inclusive o Bela Vista que também enfrentava esse



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

problema, mas infelizmente o vereador tinha conhecimento dessa situação. Afirmou que a administração tinha esse compromisso conforme o que o próprio vereador tinha citado em relação ao plano de governo onde esperavam atingir mais de noventa por cento de saneamento, e como o vereador também esteve presente na visita do Governador Ratinho pode comprovar que existia um trabalho desenvolvido através da SANEPAR onde dez mil metros de rede de esgoto seriam implantadas no município, então, com relação ao projeto do Vereador Marino pensava que se eventualmente não fosse aprovado, ou mesmo que fosse, esse trabalho iria acontecer no município. O Vereador **JORGE** agradeceu ao atendimento recebido na comunidade de Alemainha de patrolamento na estrada que estava com bastantes dificuldades, e através de um requerimento seu o prefeito veio a atender colocando à disposição a equipe da prefeitura para resolver e sanar aqueles problemas. Falou que já existia um planejamento para a Patrulha do Campo, que vinha todo ano para o município e estaria reestruturando aquela estrada, mas até lá precisava das melhorias com as quais foram atendidos pelo prefeito, contando que o pessoal lá estava feliz e conseguindo fazer o escoamento de seus produtos com mais facilidade, e em nome da comunidade e de todo o pessoal daquela região queria agradecer o atendimento do Executivo. Destacou e deixou seus parabéns aos maringaenses que tinham vaiado o governador do estado, dizendo terem sido merecidas essas vaias e que deveria ser recebido assim em todos os municípios do Paraná de seu ponto de vista, porque agora o governador tinha acordado, mas tinha acordado em suas últimas horas, e em sua opinião tarde demais, e com todo respeito à sua posição como governador do estado, o maior líder do estado, não deixava de falar aquilo que era realidade, pois de todos os governadores que tinham passado esse era o pior dos governadores da história e não podia vir dizer que era devido a pandemia, porque o Paraná era um dos estados mais ricos com uma infraestrutura e agropecuária muito forte, então não podiam dizer que era por falta de recursos do estado, e sim por falta de planejamento mesmo, por isso achava que o governador Ratinho tinha ido muito mal e podia até recuperar, mas tinha muito a melhorar para conseguir recuperar, classificando que teria que melhorar em torno de noventa por cento para conseguir o que os outros governadores tinham feito pelo estado. O Vereador **LAURICI** lembrou alguns pedidos de melhorias que tinha feito, assim como outros vereadores, para a comunidade de Potinga, se referindo à melhorias nas estradas. Lembrou que tinha Indicação de Serviço recente para aquela comunidade e nesse dia tinha sido procura do por uma mãe de aluno e como era de conhecimento de todos, as aulas estavam voltando à sua normalidade e já nos primeiro dias, com bastantes chuvas conforme ocorrido na semana anterior, o carro que puxava os alunos já não estava conseguindo chegar especificamente em algumas residências. Deixou seu pedido ao Vereador Ismael para enquanto líder do prefeito se pudesse estar conversando com o Executivo, nesse caso mais específico onde morava a família Wroblewski, que segundo essa mãe era um trecho um pouco curto, mas de bastante serra onde tinham crianças pequenas e para trazer essas crianças até onde o carro passava segundo relatos da moradora precisava sair de casa às cinco horas da manhã para levar até onde a van pegava os demais alunos,



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

e assim reafirmou ao Vereador Ismael o pedido para conversar com o prefeito e o Secretário de Obras para ver se conseguiam amenizar a situação daquelas famílias. O Vereador **MARINO** se dirigiu em especial ao Vereador Ismael dizendo estar falando com conhecimento sobre o Programa Habitacional do Conjunto Bela Vista, chamado Sub 50, programa de custo zero para o mutuário, afirmando ter sido um projeto eleitoreiro do à época e atual prefeito Benato, que teria enrolado essas famílias prometendo casas sem ter o terreno para construir. Falou que em 2013, quando assumiu a Câmara de Vereadores e à época foi vereador por um período curto pelos problemas da cassação do então prefeito Lauri, onde também eram vereadores Jorge Boeira e Nelsinho, para não perder esse projeto, eleitoreiro no caso por não ter terreno para construir esse projeto habitacional, o prefeito interino Valdir Cabral havia comprado a área de terra onde foram construídas as casas, com o apoio da Câmara. Lembrou que enquanto prefeito, tinham chamado o pessoal da SANEPAR para fazer um levantamento, inclusive a funcionária do município Taís esteve junto e que ali precisava ser feito uma estação elevatória, e via que essa administração infelizmente não estava no intuito de beneficiar as pessoas que mais precisavam, então novamente se dirigindo ao Vereador Ismael, falou ao mesmo que não quisesse jogar essa situação na sua responsabilidade e que fizeram a obra a toque de caixa e entregaram as casas para a população à custo zero, e mesmo tendo investimentos do município, entregaram a custo zero, se não estivesse enganado no dia vinte e dois de dezembro, o que tinha sido um presente de Natal para aquelas famílias, e depois disso passados cinco anos, no último período eleitoral fazendo campanha lá, o pessoal da vila lhe relatou que o município não tinha feito mais nenhuma ação durante quatro anos. Assim, disse que queria deixar registrado nessa casa de leis mais uma vez, a importância do saneamento básico, reafirmando que "saneamento é saúde". Ainda comentou o que tinha acompanhado nesse dia na votação de seu projeto, dizendo respeitar a opinião de cada um, pois cada um tinha seu voto, e falou ao Vereador Julio que tinha o mesmo compromisso que o vereador tinha com o Plano Diretor, e esperava que fossem firmes até o último momento, até na hora de colocarem no Plano Diretor o que fosse benefício para a população nos próximos dez anos, porque com certeza viria para a casa esse Plano Diretor e não iria constar essa questão, daí precisariam propor emendas, e assim contava com o Vereador Julio. O Vereador **NELSO** apenas registrou que o dia quatro de outubro era o dia do Agente de Saúde e Agente de Endemias dizendo que eram ótimos profissionais que mereciam os aplausos do Legislativo pelo desempenho no dia a dia. Lembrou que por muitas vezes tiveram uma briga com o Executivo quanto à questão salarial destes profissionais, citando o Vereador Jorge e a ex-vereadora Sandra que tinham sido parceiros também desse pessoal da saúde quando lhes ajudaram a lutar por melhores salários que muito mereciam, e quando saiu a Lei Federal colocando os salários fixos dos agentes também ajudaram, e assim estavam recebendo o piso salarial federal, registrando mais uma vez os parabéns por esse dia e agradecendo pelo que faziam pelos municípios. Encerrando, o Presidente relatou aos pares a paralisação da empresa que vinha fazendo a linha de ônibus de Inácio Martins à Cruz Machado, que na sexta-feira anterior tinha sido o



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

[Handwritten signature]

último dia de transporte dizendo que ficava sentido pelos proprietários não conseguir mais fazer essa linha deixando muitas pessoas na mão, mas deviam entender o lado deles também, relacionando que com o preço alto do combustível e a manutenção do veículo não conseguiam se manter, mas esperava que uma nova empresa se estabelecesse para continuar o transporte, ou mesmo os atuais conseguissem fazer esse transporte coletivo que era de extrema importância para o município, contando que ainda nesse dia pode observar nos pontos pessoas idosas esperando e dava pena de ver pessoas idosas tendo que se deslocar quatro ou cinco quilômetros de suas localidades e não poderem vir até a cidade, pois muitos eram aposentados e precisavam vir até mesmo para irem aos mercados, e assim ficava sentido pela empresa não poder prosseguir com seus trabalhos. Nada mais havendo a ser tratado declarou encerrada a presente sessão, e devido ao ponto facultativo do dia onze de outubro, conforme já lido no Expediente, convocou a próxima sessão ordinária para o dia treze de outubro, às dezoito horas, ficando lavrada a presente ata que após aprovada foi assinada por todos os presentes.

[Handwritten signatures: Nelson Adriano, Salato Bello, Adriano]

[Handwritten signature]

[Large handwritten signature]

[Handwritten signature: Otávio Welgole]

[Handwritten signature]